

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: revisão bibliográfica

Priscila de Oliveira Araújo¹

Priscila Branquinho Xavier²

RESUMO: Este estudo tem como objeto de pesquisa a educação inclusiva no que versa os diferentes olhares entre a teoria e a prática docente, considerando as inovações obtidas em termos de leis para o atendimento de alunos com algum tipo de necessidade educativa especial, como autismo, hiperatividade, Síndrome de Down, dentre outros. A partir disso, os variados estudos acerca do tema, tem demonstrado um expressivo avanço quanto a inserção de novas estratégias para que a educação inclusiva tenha de fato o seu espaço respeitado nas diferentes instituições de ensino públicas. Frente a isso, este estudo teve por objetivo verificar a importância da educação inclusiva frente aos desafios percebidos no cenário educacional nos últimos dez anos. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica de cunho narrativo baseada em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos, provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais, tais como: Google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), LILACS, dentre outros. Logo, conclui-se que a educação inclusiva, como nomenclatura recente adotada para o atendimento dado aos alunos com necessidades educativas especiais tem contribuído para que novos questionamentos e apontamentos em relação as melhorias tangíveis para que este atendimento na prática aconteça de fato.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Perspectivas; Prática docente.

ABSTRACT: This study has as its object of research inclusive education in terms of the different perspectives between theory and teaching practice, considering the innovations obtained in terms of laws for the care of students with some type of special educational need, such as autism, hyperactivity, Down Syndrome, among others. From this, the various studies on the subject have shown a significant advance in terms of the insertion of new strategies so that inclusive education actually has its space respected in different public educational institutions. In view of this, this study aimed to verify the importance of inclusive education in the face of the challenges perceived in the educational scenario in the last ten years. To this end, a bibliographic review of a narrative nature was carried out, based on structured literature, obtained from books and scientific articles, from conventional and virtual libraries, such as: Google academic, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), LILACS, among others. Therefore, it is concluded that inclusive education, as a recent nomenclature adopted for the care given to students with special educational needs, has contributed to new questions and notes regarding tangible improvements so that this service actually happens in practice.

Keywords: Inclusive Education; perspectives; Teaching practice.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Instituto Federal Goiano do Curso de Pedagogia. 2022/2.

² Professora orientadora do Instituto Federal Goiano do Curso de Pedagogia. 2022

A educação inclusiva no contexto escolar é efetivada quando todos os sujeitos têm suas necessidades educacionais enxergadas e atendidas. O que hoje se conhece como “educação inclusiva” tem sua corrente epistêmico ideológica na Educação Especial e, nesse sentido, a prática inclusiva não é destinada, unicamente, às pessoas com necessidades educacionais especiais, mas, a todos os sujeitos que estão inseridos nas propostas pedagógicas acessíveis.

Frente a essa prerrogativa, é importante que essa construção ocorra de modo acessível a todos, considerando todos os aspectos que pedem o assunto. Ou seja, além de boa vontade, devem ser considerados como as condições estruturais atuais do ensino brasileiro, que dentre outras coisas propõe propor uma educação sem barreiras ou restrições, que atenda as crianças em todos os contextos e assim, contemple uma pedagogia capaz de atender a totalidade de crianças no processo de ensino e aprendizagem (SCHLUZEN; RINALDI & SANTOS, 2011).

Assim, a educação inclusiva não pode ser entendida como uma questão de modismo, porém, como proposta efetivada na promoção dos direitos éticos, das práticas socioeducativas e das estratégias de produção do saber que possibilitam a participação do aluno com necessidades educacionais especiais no campo científico do conhecimento. Sendo assim a escolha do tema se deu devido aos novos olhares como os professores podem usar diferentes estratégias no decorrer do processo de ensino e aprendizagem de alunos inclusivos.

Logo, o problema que se elenca nesse contexto, é saber as diferentes inferências da educação inclusiva no dia a dia de professores que lidam com alunos público-alvo da educação inclusiva?

Para responder a essa problemática, o presente estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica de cunho narrativo que se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos, provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais, tais como: Google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), LILACS, dentre outros.

Diante do exposto, o objetivo do estudo foi verificar a importância da educação inclusiva frente aos desafios percebidos no cenário educacional nos últimos dez anos.

2. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Uma mudança significativa e bastante importante a ser pontuada quando se fala de inclusão foi quanto a mudança da nomenclatura de “alunos excepcionais”, passou a ser voltada a “alunos com necessidades educacionais especiais”, tal mudança, ocorreu no ano de 1986 por meio da Portaria CENESP/MEC nº 69 (MANTOAN, 2011).

Com a Constituição Brasileira de 1988, abria-se um novo leque na construção da história da inclusão brasileira, e no Art. III do artigo 208 estabelece que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Atendimento este que tem sido proposto nas escolas mesmo que ainda sejam necessários investimentos em salas adaptadas para o atendimento de diferentes tipos de necessidades educativas especiais, bem como no que se refere a contratação de professores com formação na área para atender estes alunos no contra turno.

Importante frisar que este e outros dispositivos legais referentes à assistência social, saúde da criança levantam questões muito importantes para a discussão da educação especial brasileira, não apenas com relação à adaptação de edifícios de uso público ou contratação de professores qualificados para atuar na inclusão, mas no que diz respeito a quebra de paradigmas e de preconceitos presentes na sociedade como um todo.

A partir da Declaração de Salamanca, homologada por meio da Portaria n.º 1.793, de dezembro de 1994, a então, Educação Especial, ganhou um importante reforço em todo o mundo e como tal, o referido documento, no Art.1º. a inclusão da disciplina “Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas (BRASIL, 1994)

Apesar das exigências e da incumbência de proporcionar os conteúdos que possibilitem o trabalho com a diversidade, o processo de inclusão teve início no Brasil com a expressão Alunos excepcionais, depois passou a Educação Especial, sendo que ambas foram usadas por muito tempo no espaço escolar e na sociedade como um todo. Essa modalidade de ensino está prevista na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 e outros documentos que integram as legislações nacionais.

No entanto, sabe-se que o movimento pela inclusão é contínuo, ao pensar em educação inclusiva, conseqüentemente, abordamos um paradigma voltado aos direitos humanos, fundamentado na concepção da igualdade e aos valores socialmente construídos. Para isso, é necessário que sejam abordadas as ações que integrem as diferentes aprendizagens e quebra de paradigmas.

Dessa forma, é importante definir também quem são os alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Segundo a LDB nº 9394/96, entre outros documentos, são

os estudantes com deficiência intelectual, física e sensorial, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e os que possuem altas habilidades ou superdotação.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) proposto em 2000:

Na formação inicial é preciso superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e o divórcio entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula. A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação (BRASIL, 2001, p. 98).

A inclusão desses estudantes nas escolas regulares é fundamentada em diversos documentos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (2015), Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases, dentre outras.

Portanto, podem ser listados como documentos que tratam sobre o tema abordado, as Leis de Diretrizes e Bases, a Declaração de Salamanca, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a Lei Brasileira de Inclusão. Mesmo com o amparo destes documentos ainda é perceptível que existem carências na educação inclusiva. O fato de almejar essa educação já caracteriza um caráter positivo, e discorrer sobre isto em documentos oficiais é um grande avanço. Embora, sabe-se que a inclusão não se faz por decreto; é um processo lento que implica em mudanças significativas nas estruturas sociais e principalmente no meio escolar.

Nos dias atuais, em que as diferenças devem ser valorizadas, fomentadas pela legislação vigente, é posto um desafio aos docentes, visto que antes, os alunos com deficiência que antes eram matriculados em classes ou escolas específicas hoje estão inseridos em classe regular, devendo haver, assim, uma união entre ensino regular e educação especial, demandando do professor uma formação mais ampla e complexa, para que se garanta, além do acesso, também a permanência e a aprendizagem do aluno.

Assim, a educação inclusiva implica dentre outras coisas como uma forma de olhar o processo de ensinar e aprender. Compreendendo a necessidade da construção ou consolidação

de uma pedagogia capaz de atender a totalidade de crianças no contexto escolar (SCHLUZEN; RINALDI; SANTOS, 2011).

Entendida como um meio a mais de atender alunos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem e também como uma forma de garantir que todos os alunos tenham o mesmo direito independente de ter deficiência ou não (BRASIL, 2005), o referido tipo de educação, passa então a assumir uma dimensão mais ampla, uma vez que, não só abrange a escola regular como toda a sociedade que se quer inclusiva e solidária (COSTA, 2006).

Assim, ao abordar a educação inclusiva, deve ser considerado que a educação inclusiva tem por definição a ação de promover de modo abrangente o desenvolvimento humano quanto a preservação e a continuidade da cultura, envolvendo neste proceder todos os indivíduos em fase de formação de sua personalidade

Dessa maneira, compreende-se que a educação inclusiva para além de teorias que devem acontecer de modo a favorecer a aprendizagem das crianças conforme a sua realidade e capacidade de desenvolvimento. Deve ser uma educação eficaz, sustentadas por escolas capazes de atender as necessidades de seus alunos que tenham ou não alguma deficiência ainda precisa de melhorias.

A Educação inclusiva compreende a educação especial dentro do ensino regular e transforma a escola em um espaço para todos, favorecendo a diversidade na medida em que considera que qualquer aluno possa ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar (PAGLIARINI, 2016).

Com isso, tanto os professores regentes como os professores de apoio merecem destaque na construção das diferentes aprendizagens que envolvem os alunos especiais, pois além de dar suporte necessário para realizar as atividades e interação em grupos, exercem influência para a vida dos mesmos de modo singular.

A educação para todos é a mola propulsora da educação inclusiva: para todos os alunos com suas diversidades e adversidades, suas peculiaridades e suas limitações, seus medos, seus anseios e sonhos. Nesse contexto, a educação inclusiva surge como desafio central das escolas a fim de superar a lógica da exclusão, uma fase de um processo histórico, que vem sendo superado a partir de lutas, políticas públicas e histórias de superação.

Portanto, o espaço escolar se configura como ambiente inclusivo, justamente, pela sequência de suas práticas que não devem seguir uma linearidade ou homogeneidade. As salas de aulas recebem continuamente alunos que apresentam necessidades educacionais especiais,

que precisam de um atendimento acolhedor e significativo. Nesse viés, a escola tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania, dentro e fora do ambiente escolar fora do (BRASIL, 2004).

Atuar com a inclusão requer desejar e, principalmente, acreditar na potencialidade de todos os alunos, requer acessibilidade, que pode ser instrumental, programática, comunicacional, metodológica, mas, em nosso contexto, é indispensável que os professores possibilitem acessibilidade atitudinal, que é a supressão de atitudes preconceituosas, estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias.

Desse modo, ainda se busca por um ideário de educação inclusiva para todos, uma vez que ainda são muitos, os desafios em relação a um atendimento dentro do que é ideal às necessidades de cada aluno que possui algum tipo de necessidade educativa especial. A partir disso, considera-se que ainda faltam políticas públicas que atendam a educação inclusiva e suas demandas.

2.3 Desafios da Educação Inclusiva

No que se refere a educação inclusiva, são perceptíveis os desafios que existem em meio a sociedade desde que a educação de excepcionais, passou a ser nomeado de educação especial, depois de inclusão escolar e agora, o que se intitula por educação inclusiva. Nesse contexto, o primeiro desafio foi adotar uma expressão que fosse vislumbrasse aos ideais que se buscam para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Na concepção de Macedo (2014, p. 11), pessoas são pessoas, são qualquer um, em suas diferentes formas e tempos de ser e viver. Têm histórias de vida que marcaram seus corpos, formaram padrões de conduta a serem mantidos, revistos, esquecidos, substituídos por outros.

Com isso, para o autor supracitado, praticar uma educação inclusiva nessa perspectiva de um novo educador de um olhar direcionado as especificidades de cada aluno no nível ou limite em que pode se expressar, aqui e agora (MACEDO, 2014). Com isso, um dos desafios da educação inclusiva, é aceitar o outro como ele é, respeitando suas limitações e diferenças. Desse modo, são três os desafios deste tipo de educação: diferenciar e integrar culto e cultura, considerar deficiência e proficiência em um mesmo contínuo relacional, e ver o aluno como pessoa e, por último, um todo e parte ao mesmo tempo, para todos (MACEDO, 2014).

Nessa conjuntura, caracteriza-se os desafios e imagina-se mudanças de atitude ou de visão para que a inclusão seja mais do que uma lei, ou uma intenção com as quais todos devam concordar, mas na prática não se consegue conviver com seus paradoxos.

Em uma primeira discussão sobre o tema, tem-se o que apresenta Mantoan (2005) em que afirma que a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção e como tal, o estudante com deficiências intelectuais, Transtornos globais, dentre outros e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Assim, a educação inclusiva, como concepção e proposta da inclusão desses alunos na escola regular, é praticamente incontestável nos dias atuais, baseando-se sobre uma sólida base argumentativa, do ponto de vista histórico, teórico e também jurídico (SCHLUZEN; RINALDI; SANTOS, 2011)

No que pontuam Silva, Cabral, Martins (2016, p. 21), o recente princípio de educação inclusiva, tem como proposta “ [...] a garantia de uma educação de qualidade para todos”, embora, seja uma realidade que ainda se distâncie entre teoria e prática nas escolas públicas de um modo em geral.

Para autores como Souza; Machado (2019), a bandeira inclusiva não só faz parte do contexto histórico da educação, mas está amparada em diferentes dispositivos legais, como a CF de 1988, onde o art. 205 estabelece:

“A educação como um direito social e universal, destinado a formação cidadã e qualificação profissional, entre outros aparatos legislativos, participantes do conjunto de ações e políticas que se materializaram na atual perspectiva de educação inclusiva. o sistema educacional deve ser de qualidade e permitir oportunidades iguais a todos” (BRASIL, 1988, p. 25).

Com isso, a escola como espaço de aprendizagem buscar garantir essa proposta a cada dia com os alunos, com a família e todos da comunidade escolar. A partir das discussões elencados, percebe-se que a implantação de uma educação inclusiva mesmo que não se limita a receber alunos com deficiência na escola, mas antes compreende o acolhimento de todos os estudantes, independentemente de suas condições e/ou especificidades, sejam elas sociais, culturais, étnicas, cognitivas, físicas, entre outras.

Portanto, um dos principais resultados deste estudo revelam que a educação inclusiva ainda enfrenta desafios consideráveis, tais como a falta de uma formação inicial e continuada

do professor para lidar de forma específica com os alunos dessa natureza, o que muitas vezes, tem causado certo desânimo por partes dos docentes e também das famílias.

Outro resultado que se aponta para este estudo, é o fato de que a educação inclusiva ainda precisa de impulsos no sentido de que a comunidade escolar como um todo compreenda os poucos avanços adquiridos ao longo do tempo, pois mesmo de modo gradativo, em alguns momentos, a escola tem feito seu papel e função social de modo considerável, e garantindo dessa maneira, os direitos de aprendizagem a todos.

Assim, os desafios encontrados que precisam ser superados é o de incluir o aluno com necessidade educativa como um sujeito de direitos iguais, ofertando as possibilidades aprender conforme suas limitações, atendendo ao que estabelece a legislação fala da obrigatoriedade do atendimento, contudo, sabe-se que nem sempre está em pauta, a qualidade deste atendimento, pois muitas vezes, os alunos estão sendo colocados nas salas de aulas, sem ter as reais necessidades de acolhimento e atendimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos primeiros pontos a serem abordados em relação a dificuldade que os docentes enfrentam com a inclusão escolar é sobre o corte de verbas, pois refletem de forma direta na manutenção de profissionais para atuar de modo direito com os alunos com necessidades educativas especiais, bem como na falta de oferta de formações e capacitações, bem como no que se refere a aquisição de materiais pedagógicos para que sejam oferecidas aulas atrativas.

Com base no estudo, foi possível perceber que a educação inclusiva, foi antecedida de alguns acontecimentos importantes, bem como teve registros legais como a CF de 1988, a Declaração de Salamandra de 1994, A LDB de 1996, dentre outros como prévia das etapas que a educação especial passaria até se tornar em educação inclusiva, como é nomeada nos dias atuais.

Portanto, o objetivo do estudo demonstrou que a importância da educação inclusiva no contexto das escolas públicas mesmo diante dos desafios que os docentes enfrentam diariamente por motivos variados, mesmo de forma tímida, é notada no dia a dia da prática docente com o que a escola pública pode oferecer de acolhimento, cuidado, materiais pedagógicos, dentre outros.

Assim, entende-se que, não basta incluir o aluno com deficiência e leis que garantem seu direito escolar de aprendizado em escolas regulares, é preciso que haja estratégias organizadas que possibilitem construir conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola para o aluno incluso.

Portanto, conclui-se que a educação inclusiva tem contribuído para que novos questionamentos e apontamento em relação as melhorias tangíveis para que este atendimento na prática acontecer de fato.

Por fim, frisa-se que não houve limitações para realizar este trabalho, considerando que existe uma vasta literatura sobre o tema. Espera-se que o estudo contribua de forma significativa para futuras pesquisas que delimitem sobre o mesmo tema. Assim, sugere-se que sejam feitas pesquisas e cunho empírico, como estudos de casos ou relatos de experiências, aprofundando o tema de modo prático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, R. M.; SANTIAGO, A. L. B. **Inclusão escolar: uma proposta de intervenção**. R. Educ. Públ, Cuiabá, v.25, n.58, p.57-74, jan/abr, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2472>. Acesso em ago.de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988**. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em out. de 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), 1994. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em ago. de 2022.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (MEC/ SEESP), 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em set. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394. Acesso em set. de 2022.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (MEC/ SEESP), 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em set. de 2022.

BRASIL. **Educação inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica** / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>. Acesso em ago. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 21 de set. de 2022.

MACEDO, L. **Três desafios para uma Educação inclusiva**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/815/tres-desafios-para-uma-educacao-inclusiva>. Acesso em 05 de out. de 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 5. Ed. São Paulo: Summus, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MARTINS, L. A. R. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva**. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães. FILHO, Teófilo Alves Galvão (org). O professor a educação inclusiva, formação, práticas e lugares. Salvador: UDUFBA, 2012.

PAGLIARINI, C. D. **Educação inclusiva na educação básica: revisão bibliográfica no Brasil**. 2016. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/149290>>. Acesso em set. de 2022.

SCHLÜNZEN, E.; RINALDI, R.; SANTOS, D. **Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência**. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica. - p. 148-160, v. 9., 2011.

SILVA, A. M.; CABRAL, L. S. A; MARTINS, M. F. A. **Abordagem relacional entre família e escola inclusiva sob as perspectivas de professores**. Interfaces da Educ, Paranaíba, v.7, n.19, p.191-205, 2016.

SOUZA, M. L.; MACHADO, A. S. **Perspectivas e desafios da educação inclusiva: uma revisão bibliográfica**. REVASF, Petrolina- Pernambuco - Brasil, vol. 9, n.20, p.24-49, setembro/outubro/novembro/dezembro, 2019.

